



Ata da Audiência Pública sobre o Plano de Trabalho do empreendimento "Termelétrica do Vale do Paraíba", de responsabilidade da Eletroger, realizada no dia 18 de novembro de 1999.

Realizou-se no dia 18 de novembro de 1999, às 19:00 horas, no Ginásio de Esportes de Santa Branca, localizado na Rua Brigadeiro Aguiar, s/nº, em Santa Branca, SP, a Audiência Pública sobre o Plano de Trabalho do empreendimento "Termelétrica Santa Branca", de responsabilidade da Eletroger. Dando início à audiência, o Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, anunciou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Deputado Estadual Ricardo Tripoli - que não podendo estar presente, havia-lhe pedido para representá-lo - saudava e dava boas vindas a todos que haviam comparecido e passaria a compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte o representante do Consema, escolhido entre os presentes, conselheiro Paulo Sérgio de Sena. Depois de expor resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 50/92 para a condução de audiências públicas, convidou a fazer uso da palavra o representante do empreendedor, Fernando Guimarães, Diretor para Assuntos Institucionais da Eletropaulo e da Eletroger, que teceu considerações sobre o fato de a instalação da termelétrica ser um assunto que vinha gerando polêmica por se tratar de uma tecnologia nova para os brasileiros, embora seja um empreendimento familiar em outros Países do mundo; sobre o fato de a Eletroger ser uma empresa 100% da Eletropaulo, com mais de 100 anos, ser oriunda da Light Rio/São Paulo e exercer um papel importante no desenvolvimento do Estado de São Paulo e do Brasil; sobre o objetivo básico da usina termelétrica, que era gerar energia elétrica através de quatro tubos; sobre a necessidade de água para o seu funcionamento e de se construir um ramal de gasoduto para abastecer a usina de gás natural, o que será feito com a mesma segurança com que foi construído o Gasoduto Brasil/Bolívia; sobre o fato de se tratar de usina que queimava gás natural para produzir energia elétrica, cuja finalidade era sustentar o desenvolvimento e levar energia elétrica para as residências, o comércio e as indústrias; sobre sua produção ser aproximadamente de 1000 *megawatts*, que abastecerão uma população de 2 milhões de habitantes, aumentando a oferta de energia elétrica na região Sudeste e a confiabilidade do suprimento de energia em todo o Vale do Paraíba, Município de Santa Branca e entorno; acerca das informações divulgadas de que o País não necessitava de termelétricas, de que havia muita usina hidrelétrica inacabada, o que não correspondia à realidade, pois existiam poucas usinas inacabadas; sobre a necessidade que o Brasil tinha de mais energia, motivo pelo qual o Governo pretendia construir mais hidrelétricas, principalmente ao norte do País, e complementá-las com termelétricas movidas a gás natural; sobre o fato de a Termelétrica de Santa Branca ter sido qualificada pelo Governo Federal como prioridade para aumentar a oferta de energia para o País; sobre a característica geotérmica que esta usina possuía, que era o entroncamento de três gasodutos em Guararema: o que vinha da Bolívia, o que vinha da Bacia de Campos e o que vinha de Santos; sobre o motivo da escolha do Município de Santa Branca, por possuir melhores condições energéticas; sobre a necessidade que uma termelétrica a gás tinha de água para refrigerar o seu sistema e acerca da estimativa de que a Termelétrica de Santa Branca consumiria até 800 m³ de água por hora, o que representava menos de 1/3 de 1% da vazão média do Rio Paraíba, isto é, o equivalente a 1 colher de chá de uma panela de 3 litros de água, significando perda que sequer seria notada, uma vez que a usina não retiraria água diretamente do rio e, sim, da represa, além de a vazão mínima estar fixada há muitos anos; sobre o fato de que a termelétrica não secará o rio, pois seu nível mínimo não será alterado; sobre a necessidade de se buscarem informações sobre a termelétrica, e não se deixar levar por boatos e números absurdos, como, por exemplo, de que a água do rio iria esquentar; sobre os



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

cálculos de que a temperatura do rio não sofrerá alterações em mais de 1/10 de Grau Celsius, a partir dos quais se concluía que não seriam alteradas as condições de vida nele existentes; sobre o ruído que as turbinas em operação provocarão, embora seja inaudível nas casas localizadas próximas do empreendimento; sobre a inexistência de registro sobre explosão de termelétrica ou sobre acidente provocado por este tipo de usina que tenha prejudicado a população; sobre a existência de termelétricas a gás nos arredores do aeroporto de Nova Iorque e, no Rio de Janeiro, próxima das instalações do jornal *O Globo*, as quais nunca provocaram problema; sobre a queima, pela termelétrica, de muito gás e grande quantidade de ar e de as milhares de usinas termelétricas existentes no mundo, centenas das quais semelhantes a esta projetada para Santa Branca, nunca terem provocado falta de ar em suas vizinhanças ou em seus entornos; sobre a queima e os resultados que esta produzia, que eram resíduos em forma de gases ou partículas, os chamados produtos da combustão, e de isto resultar do funcionamento não só das termelétrica, mas também do automóvel e do fogão; sobre a vantagem que os produtos da combustão de gás natural possuíam por serem mais limpos, não serem compostos por enxofre nem partículas, os grandes vilões da poluição do ar; sobre o fato de saírem da chaminé de uma usina termelétrica dois gases, o monóxido de carbono (CO) e óxidos de nitrogênio (Nox), os quais ocorriam naturalmente no ar, existindo em qualquer lugar, diferenciando-se daqueles emitidos pelas termelétricas pelo seu grande volume e concentração; sobre o fato de serem mais modernas e mais eficientes as turbinas que seriam utilizadas na Termelétrica Santa Branca, porque apropriadas para emitir Nox em pequenas concentrações, pois, embora suas emissões possuíssem este poluente, sua produção era mínima; sobre o fato de as leis brasileiras assim como o arcabouço jurídico internacional e a Organização Mundial de Saúde fazerem recomendações bastante rigorosas em relação à emissão desses poluentes; sobre o compromisso que firmava com a população de Santa Branca e de seu entorno no sentido de que, caso alguns estudos independentes do EIA e devidamente fiscalizados pelo Governo do Estado de São Paulo indicarem que a instalação dessa termelétrica deixará a qualidade do ar abaixo dos limites mais rigorosos estabelecidos pela legislação brasileira ou pela Organização Mundial de Saúde, ela não seria implantada; sobre outro compromisso que assumia e que dizia respeito à total transparência do processo de licenciamento desse empreendimento; sobre o papel da audiência pública de ouvir os desejos, anseios e inquietudes da população; sobre a preocupação dos empreendedores em ouvir todas as reivindicações, com respeito e educação, embora não pudessem, nesta oportunidade, responder todas as perguntas, porque não eram levianos a ponto de oferecer informações sem o respaldo de estudos que ainda não haviam sido concluídos; sobre o fato de esta audiência constituir o ponto de partida e de as preocupações apresentadas virem a ser agregadas para que os estudos as abordem de forma séria, técnica e honesta; sobre o compromisso já declarado de que essa termelétrica só seria instalada se os resultados mostrarem, com transparência, que a população de Santa Branca não correrá nenhum risco e o meio ambiente nenhum dano. Renato Ortega, coordenador da equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA ofereceu as seguintes informações: que era representante da Yako Pooyri Engenharia Ltda., empresa responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental da Usina Termelétrica de Santa Branca; que fazia uma pequena explanação sobre o processo de licenciamento, cuja primeira fase era a análise do Relatório Ambiental Preliminar-RAP, já entregue à SMA; que, depois de analisado este documento, a Secretaria do Meio Ambiente solicitava ou não a apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental, cujo escopo inicial era um Plano de Trabalho, o qual, no caso deste empreendimento, já se encontrava à disposição de todos para consulta; que, inicialmente, a Secretaria poderia realizar uma audiência pública, coordenada pelo Consema, que era esta que ora se realizava;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que, com base neste plano e nos subsídios a serem colhidos nesta audiência, seria elaborado o Termo de Referência para o Estudo de Impacto Ambiental, que, concluído, seria objeto de uma segunda audiência para discuti-lo; que, com base nele, a Secretaria, precisamente o DAIA, emitiria um parecer técnico e o remeteria ao Consema, apoiado no qual este Conselho aprovaria ou não o empreendimento, o que constituiria ponto de partida para a concessão das licenças; que, para obter subsídios, nesta oportunidade, a sociedade deveria explicitar seus desejos e sugestões para que fossem abordados pelo EIA; que o EIA/RIMA era definido por uma legislação federal, a Resolução Conama 001/86, e seu papel era avaliar a viabilidade ou inviabilidade ambiental de empreendimentos; que este estudo oferecia informações à comunidade, pois se tratava de um documento público que serviria de instrumento de apoio para a tomada de decisão por parte dos órgãos estaduais de meio ambiente; que o primeiro bloco desse Estudo era constituído pela abordagem que se chamava de justificativa das alternativas, que consistia em avaliar as razões que levavam à implantação do empreendimento em termos nacionais e globais e as alternativas para sua localização; que, em seguida, se fazia uma caracterização do empreendimento com base no projeto que o empreendedor pretendia submeter a licenciamento; que se analisava toda a legislação interveniente no processo, assim como os planos e programas governamentais que pudessem estar acoplados ao empreendimento e, finalmente, se elaboraria o diagnóstico dos componentes físico, biótico e sócio-econômico, que compunham o pano de fundo para se avaliarem e identificarem os impactos ambientais que possivelmente seriam gerados por este empreendimento; que, a par disso, também se faria a avaliação de riscos e, de posse do entendimento de quais seriam os impactos ambientais que seriam gerados pelo empreendimento, se identificariam quais medidas mitigadoras, compensatórias e de monitoramento deveriam ser adotadas; que, sendo assim, seriam apresentadas as justificativas e as alternativas locais, a identificação do empreendedor e o objetivo do empreendimento, sua caracterização, as alternativas tecnológicas que poderiam a ele se contrapor; que a caracterização do empreendimento oferecerá esclarecimentos sobre o processo de geração, a linha de transmissão, a implantação e os insumos e rejeitos da operação; que seriam examinados a legislação existente e os padrões relativos ao empreendimento que pudessem vir a ser estabelecidos ou comparados, além da análise dos planos e programas co-localizados; que o diagnóstico procurará entender todo o processo da dinâmica ambiental, dos meios físico, biótico e antrópico e tanto do local do empreendimento como do seu entorno; que, na parte física, serão abordados o clima ou meteorologia, a geologia ou solo, ruído, recursos hídricos e qualidade do ar; que, em relação ao meio biótico se fará uma avaliação da flora e da fauna do local e entorno; que, em relação à parte antrópica, será elaborado um estudo sobre o uso do solo, aspectos arqueológicos, além de qualidade de vida, emprego, renda *per capita* e infra-estrutura do Município; que, com a elaboração desses estudos, se atenderá à definição clássica sobre Estudo de Impacto Ambiental estabelecida pela Resolução Conama 001/86, ou seja, se definiria o que era impacto ambiental, ou seja, as modificações que poderiam vir a ocorrer no meio ambiente; que os impactos identificados seriam avaliados e poderiam ser classificados, de acordo com sua natureza, como positivos ou negativos, em relação à sua incidência, como diretos ou indiretos, e em relação à duração, como temporários ou permanentes, reversíveis ou irreversíveis; que alguns impactos, com base na experiência que se tinha, já podiam ser antevistos, e um deles dizia respeito ao ruído, para o qual seriam elaboradas medições de níveis para se avaliar qual o incremento a ser oferecido por este empreendimento e se afetará o local e as proximidades; que, com relação aos recursos hídricos, outro aspecto bastante polêmico, o funcionamento desse empreendimento exigirá obviamente captação de água, a qual será feita na



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Represa de Santa Branca; que se avaliará este aspecto levando-se em conta, inclusive, análise sobre a geração dos efluentes e sua disposição, isto é, como esta seria feita; que, em relação à qualidade do ar, a emissão dos gases de combustão seria caracterizada dentro do projeto básico e, com base nas condições meteorológicas, direção, velocidade dos ventos, umidade e temperatura, além da topografia local, seria elaborado um estudo de dispersão atmosférica, que simularia a concentração de poluentes e avaliaria as possíveis alterações na sua qualidade; que, no que dizia respeito à análise de risco, seriam identificados os eventos acidentais que, por ventura, este tipo de empreendimento tenha desencadeado no mundo inteiro; que, como todo e qualquer empreendimento, esta termelétrica apresentava riscos, motivo por que se faria um análise de vulnerabilidade para se avaliarem os riscos que, por ventura, venham a ocorrer e se propor um gerenciamento para eles; que, a partir da avaliação dos impactos ambientais, seriam propostas medidas, algumas delas, inclusive, já antevistas e cujas metas eram diminuir os impactos ou a sua gravidade; que uma das medidas seria dar preferência à contratação de trabalhadores locais, de modo a diminuir um possível impacto sócio-econômico na cidade; que outra medida a ser implementada era um programa de comunicação social com o objetivo de promover uma melhor inserção regional deste empreendimento; que outra medida consistia num amplo programa de revegetação no entorno do empreendimento, de modo a diminuir um possível impacto visual na paisagem; que o objetivo do monitoramento ambiental era garantir a efetiva implementação dos padrões estabelecidos nos estudos ambientais, isto é, garantir que o processo de operação ocorresse sempre de acordo com os padrões estabelecidos, para que não houvesse desvios nos padrões; que, nesta medida, se proporia monitoramento dos efluentes líquidos, das emissões gasosas e das concentrações de poluentes no Município de Santa Branca, e que isso seria feito pelo menos um ano antes do início da operação, uma vez que nele não era feito monitoramento da concentração de poluentes, mas apenas nos Municípios de Taubaté e de São José dos Campos; que, como medidas compensatórias que buscavam melhorar a inserção ambiental do empreendimento, estavam antevistas algumas que possibilitassem a participação da população na construção da usina e na implantação de uma unidade de conservação no Município; que o plano detalhado de trabalho submetido à SMA estava à disposição de todos para consulta; que uma das principais medidas compensatórias, como já havia sido dito, seria a instalação de uma unidade de preservação ambiental no Município, o que seria analisado com as entidades ambientalistas da região, que poderiam ter um papel ativo na sua implantação e gerenciamento; que outra medida seria a instalação de uma estação de medição da qualidade do ar no Município, a ser operada pela Cetesb, dado que ainda não existia, o que obrigava a utilização dos dados obtidos pelas estações existentes em São José e Taubaté, em vez daqueles que espelhassem a realidade da região; que essa unidade de medição da qualidade do ar seria implantada pelo menos um ano antes de esta termelétrica entrar em operação e seus resultados seriam colocados à disposição da população, o que lhe facultaria poder de fiscalização; que a terceira medida relacionava-se com a geração de emprego; que, por todos estes motivos, a Eletroger tinha consciência de que a Termelétrica Santa Branca não faria mal à população e de que as medidas compensatórias referidas não compensariam qualquer dano, mas acarretariam benefícios econômicos; que, por exemplo, se daria preferência à contratação de mão-de-obra local sempre que houvesse pessoas qualificadas; que, sendo assim, se daria preferência, num primeiro momento, a quem estivesse morando em Santa Branca e, num segundo momento, àqueles que residissem nos Municípios vizinhos; que o empreendedor tinha interesse em melhorar a qualidade da mão-de-obra local, pois se sabia das dificuldades para obterem-se as qualificações necessárias para se trabalhar em empreendimentos como esta usina; que, portanto, seria iniciado um programa de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

treinamento para que as pessoas pudessem adquirir as habilidades necessárias para disputar uma vaga na fase de construção dessa usina; que se precisaria, entre outras especialidades, de eletricitas, soldadores e pessoas com experiência no trabalho com concreto armado; que se estava montando, com o Senai de Jacareí, um programa de capacitação de mão-de-obra local, cuja duração deverá ser aproximadamente de seis meses; que a idéia era que as inscrições se iniciassem em fevereiro; que se estava selecionando os cursos conforme as habilidades necessárias para operar-se a usina; que a meta era que, durante a construção, fossem gerados aproximadamente 750 empregos; que, ao longo dos próximos meses, o empreendedor pretendia conversar com a população de Santa Branca e seus representantes com o objetivo de identificar quais projetos poderiam ser implementados, preferencialmente nas áreas de educação, saúde e saneamento básico; que essa era uma forma de mostrar que a Eletroger desejava ser uma boa cidadã santa-branquense; que, como já foi dito, só se construiria a usina se os resultados técnicos forem positivos; que nenhum banco internacional faria um investimento de 600 milhões de dólares para que a usina viesse a apresentar problema e, conseqüentemente, a ser fechada, porque ninguém pretendia perder dinheiro nem era depredador; que se pretendia implantar este empreendimento com respeito, educação, serenidade, ética e transparência. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. Itobi Pereira de Souza, o primeiro a se manifestar, teceu os seguintes comentários: que não fazia parte de nenhum grupo político, religioso, esportivo, nem ambientalista, que era um químico e vinha verificando ao longo dos anos que, na verdade, os empreendedores nunca tiveram preocupação com o meio ambiente, mas exclusivamente com suas caldeiras, isto é, que elas não fossem estragadas; que morava em Santa Branca desde 1976, onde procurava ter uma vida tranqüila e saudável; que vinha analisando gases desde 1960 e, por não se considerar leigo no assunto, expressava alguns princípios éticos do químico; que o primeiro princípio era impulsionar a difusão de tecnologia e o segundo, ajudar a coletividade na compreensão justa dos assuntos técnicos, e que estes princípios o levaram a se manifestar quando soube da implantação da usina; que era precipitada a instalação deste empreendimento, levando-se em conta o fato de não haver nenhum estudo da qualidade do ar em Santa Branca e que, para implantação de empreendimentos desta natureza, se faziam necessários dados de pelo menos dois ou três anos em função das variações climáticas que se alteravam a cada ano; que outro fator a ser mais bem ponderado referia-se à água, levando-se em conta principalmente a enorme quantidade de vapor que seria gerada e acabaria voltando em forma de chuva; que havia lido o RAP e nele encontrado dez falhas, com as quais ficou preocupado, pois tinha convicção de que, se aprovada, esta usina traria alteração na qualidade do ar para pior; que não era contrário à instalação das termelétricas, mas, sim, à construção da usina em Santa Branca devido às condições desfavoráveis à dispersão de poluentes existentes na região do Vale do Paraíba. Roberto Boldrim Júnior, o segundo representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, expôs os seguintes pontos de vista: que era médico pneumologista há vinte anos, vinha participando de eventos sobre qualidade de vida e meio ambiente e notou que o discurso do representante do empreendedor foi semelhante ao apresentado na discussão sobre a instalação, dentro da Revap, de uma usina termelétrica movida a resíduo viscoso de petróleo; que foi dito que esta termelétrica geraria empregos e não poluiria o ar; que existiam diversas teses de mestrado e de doutoramento a respeito de doenças respiratórias causadas pela poluição ambiental, sendo o Dr. Paulo Saldiva o orientador de todos os pesquisadores ligados à Faculdade de Medicina da USP; que havia feito contatos telefônicos com ele e com outros pesquisadores e poderiam ser apresentados centenas de trabalhos para elucidar melhor esta questão;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que a maior preocupação era com os derivados de nitrogênio, NOx, os formadores do ozônio; que este ozônio não era aquele que existia na estratosfera, aquele que protegia a Terra, mas um gás extremamente agressivo para as vias respiratórias, por causa de sua constituição ácida, atingindo até a periferia do pulmão; que, em relação ao monóxido de carbono, havia dias em que aumentava sua concentração, o que provocava aumento do número de casos de morte súbita de infarto do miocárdio; que, enquanto o relatório do empreendedor falava da produção de 30ppm, razão por que considerava as emissões da usina dentro das normas internacionais, havia trabalhos que se relacionavam à resposta inflamatória quando se respirava 2ppm de NOx; que havia também trabalhos sobre asmáticos que entravam em crise quando respiravam 4ppm de NOx e outros trabalhos que mostravam a performance pulmonar de pacientes cuja crise de falta de ar era desencadeada por 0,3ppm de NOx; que se este projeto efetivamente for avante deveria fazer-se imediatamente um estudo com as crianças e idosos com incidência de asma e doença pulmonar crônica, pois tinha certeza de que estes mesmos pacientes, se acompanhados nos próximos cinco anos, apresentarão outro perfil, tendo esta usina como única fonte produtora de poluente na cidade. Mauro Wilken, o terceiro representante do Coletivo das Entidades Ambientistas Cadastradas no Consemama se manifestar, expôs os seguintes pontos de vista: que era Presidente da Sesbra - Sociedade Ecológica de Santa Branca - e pretendia, inicialmente, fazer uma pequena retrospectiva da situação de Santa Branca quanto ao meio ambiente; que a Light-Rio, empreendedora da Usina Hidrelétrica de Santa Branca, conseguiu instalar uma usina, que já estava gerando energia para Santa Branca, sem observar a Resolução Conama 001/86, que estabelecia que qualquer empreendimento, seja reforma, construção ou modificação acima de 10 *megwatts*, tinha de observar o que ela dispunha sobre a exigência de EIA/RIMA; que a Usina Hidrelétrica de Santa Branca estava instalada sem que tivesse elaborado EIA/RIMA, passando, assim, por cima de uma legislação federal e não se sabia como a Secretaria do Meio Ambiente concedera licença para sua construção e funcionamento; que havia sido acertado com o Ministério Público um Termo de Ajustamento de Conduta estabelecendo a construção de obras compensatórias para minimizar o estrago que a usina estava acarretando na Natureza, pois ela vinha funcionando sem que as exigências fossem cumpridas, e que o Ministério Público estava investigando como a usina funcionava sem o cumprimento da lei; que o empreendimento que se estava analisando era o mesmo com a roupagem imposta pelo consórcio chamado Eletroger, que prometia vantagens, embora o empreendimento não possuísse nenhuma credibilidade, pois sequer cumpria um compromisso assinado com o Ministério Público; que estava tramitando na Câmara Municipal um projeto de lei que proibia a construção de termelétricas no Município e, quando estava prestes a ser apreciado, os vereadores, por uma votação de 7 contra 2, decidiram que isso não acontecesse, e por este motivo a população de Santa Branca deveria procurar os vereadores e posicionar-se contrariamente à instalação dessa usina, pois se preferia preservar a qualidade de vida do Município, porque, como mostrou o especialista que o havia antecedido, se tornará péssima a qualidade do ar depois da construção dessa usina. Ricardo Ferraz, o quarto representante do Coletivo das Entidades Ambientalista Cadastradas no Consema a se manifestar, teceu as seguintes considerações: que a população devia proceder igualmente como procederiam os habitantes de qualquer País desenvolvido do mundo, isto é, realizar uma espécie de microplebiscito, uma votação popular para saber quem era favorável à instalação dessa usina; que durante os dez anos em que esteve no Conselho Estadual do Meio Ambiente nunca vira uma cooptação da sociedade civil como a que ora assistia, o que era um absurdo; que estudava geografia, com o intuito de compreender melhor os impactos ambientais causados por alguns empreendimentos, e sabia que, embora fosse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

limpa a energia que algumas empresas recebiam, elas produziam poluição e que, portanto, o enfoque que estava sendo dado à energia limpa não correspondia à realidade, pois energia limpa era a que provinha do Sol, da água e do ar; que a sociedade não estava recebendo informações ambientais adequadas, porque existiam verdadeiras caixas pretas dentro das universidades e pessoas mal intencionadas afirmando que este tipo de energia não geraria impacto; que os empreendedores fizeram uma "exposiçãozinha" e não se devia brincar com a população ou mudar os conceitos ambientais; que estes procedimentos eram questionáveis porque se estava comprometendo a qualidade de vida, sim, pois, se este empreendimento não causasse impacto ambiental, não havia razões para se exigir o EIA/RIMA, pois se cometeria uma incoerência desencadeando-se todo este processo se a qualidade do ar da cidade não viesse a ser alterada; que o movimento contrário à instalação desse empreendimento não se limitava ao Município de Santa Branca, pois havia representantes dos Municípios de Jundiaí, Paulínia e da Baixada Santista, que também se manifestariam contrariamente a sua instalação; que o Governo do Estado de São Paulo não elaborara nenhum estudo para esta região, não fizera nenhum zoneamento econômico e ecológico, o que possibilitava que as empresas escolhessem, elas mesmas, o lugar para instalar-se, como aconteceu neste caso; que as empresas pretendiam utilizar-se da água, do ar e das pessoas da região. Manifestou-se André Queiroz Guimarães, o quarto representante do Coletivo das Entidades Ambientais Cadastradas no Consema, que ofereceu as seguintes informações: que era da região de Jundiaí onde se tinha um problema parecido, pois, próximo à Serra do Japi, se pretendia instalar uma termelétrica do mesmo porte desta que se desejava implantar no Município de Santa Branca, só que os empreendedores dessa usina planejada para ser instalada no Município de Jundiaí não se limitaram a atacar a sociedade, pois, pelo menos, apresentaram tecnicamente um projeto que, embora possuísse algumas omissões e falhas, era um projeto; que o RAP elaborado para a termelétrica do Município de Santa Branca era um documento vazio, sem dados nem modelagem, com palpites de todo o gênero; que falar sobre ética era muito bonito, difícil era colocar na prática seus princípios; que no Plano de Trabalho não entendeu a questão sobre a viabilidade econômica, o custo do *kilowatt*, os impactos na economia energética do Estado, o que geralmente era discutido nos RAPs e nos EIAs/RIMAs de outras termelétricas; que outra falha existente neste estudo era não ter esclarecido que este ramal ou esta termelétrica se localizava em cima de um gasoduto, pois, caso contrário, o gás não chegaria; que se tinha de saber o tamanho, a distância entre esta termelétrica e o gasoduto, como também os impactos associados desse empreendimento em relação à região, e que a não-divulgação desses dados constituía uma omissão grave nesse Plano de Trabalho; que o RAP afirmava que seriam 520m³/h e, se não lhe falhava a memória, um dos empreendedores ou um dos seus representantes havia dito que se poderá chegar ao máximo de 800m³/h, razão por que perguntava por que motivo estes dados não constavam do RAP; que a lógica dos empreendedores do setor energético do País o enchia de dúvida, pois eles escolhiam locais próximos a unidades de conservação ou áreas já saturadas como Cubatão e Paulínia; que eram impressionantes estas escolhas, mas que elas se sustentavam apenas no aspecto econômico, pois sempre ficavam próximas de água abundante, tornando os outros aspectos menos importantes; que, em relação às tecnologias adequadas e ao porte das termelétricas, tinha de se discutir o Plano Energético Nacional, e não simplesmente determinar de cima para baixo, pois, como afirmou o empreendedor, o Governo Federal, através de Ministério de Energia, escolheu Santa Branca, Paulínia e Cubatão como prioridade; que tudo levava a crer que não adiantava discutir, se a decisão já havia sido tomada, e que, portanto, a audiência só serviria para legitimar o processo; que, enquanto não se discutisse o Plano Energético Nacional e o zoneamento do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Estado de São Paulo, toda discussão como esta que estava ocorrendo só serviria para legitimar os empreendedores; que o processo de licenciamento desses empreendimentos era semelhante a um rolo compressor que passava por cima do Conselho Estadual do Meio Ambiente, impondo a aprovação de projetos; que havia duas APAs nas proximidades do local onde se pretendia implantar a termelétrica, embora o mapa anexado ao RAP fosse mal feito, o que tornava difícil entender até mesmo a localização de Santa Branca, uma vez que as escalas desses mapas não eram compatíveis com as daqueles utilizados nos outros empreendimentos, o que dificultava entender-se sua inserção na região. Por motivo de ordem superior, em vez de se passar imediatamente à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil, foi dada a palavra o Prefeito do Município de Santa Branca, Marcílio Pereira Campos Filho, que teceu as seguintes considerações: que como Prefeito estava com a consciência tranquila e, como cidadão santa-branquense, não tinha vindo para defender o investimento; que, como administrador, tinha obrigação de esperar o desenrolar dos acontecimentos para depois com base em parâmetros técnicos opinar se ele seria bom ou não para o Município; que lamentava que um processo legítimo, com a realização de audiência pública, estivesse enfrentando tantas dificuldades; que estava com dificuldades para expressar-se devido à falta de respeito dos presentes e pedia permissão para retirar-se, por estar revoltado com o comportamento de parte dos presentes que tentaram impedir sua fala. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das entidades da sociedade civil. Carlos Daher, representante da Associação dos Policiais de Santa Branca, teceu os seguintes comentários: que parabenizava a população e os vereadores pelo exercício de cidadania; que lamentava que algumas pessoas estivessem se prestando ao papel de aplaudir um empreendimento que só traria prejuízos à cidade e à saúde de toda a população; que alertava para o fato de o empreendimento pertencer a uma empresa particular, e não ao Governo, e que o único objetivo era dar lucro aos seus donos, motivo por que estava comprando o apoio da população com a oferta de meia dúzia de empregos; que salientava que dignidade e saúde não tinham preço e que a população tinha obrigação de deixar para seus filhos e netos as mesmas condições de vida que havia encontrado quando nasceram em Santa Branca. Flávio Pires, vinculado à Universidade Mackenzie, expôs os seguintes pontos de vista: que, como especialista na área de engenharia ambiental, lamentava que numa oportunidade como a de uma audiência pública a população não tivesse sido informada sobre o projeto, devido ao baixo grau de informação apresentado pelos empreendedores; que, depois de analisar o RAP, concluiu que o trabalho estava muito mal feito, solicitando, pois, fossem apresentados novos documentos com melhor qualidade, o que possibilitaria a formação de uma opinião mais consistente para que o projeto fosse avaliado racionalmente, e não com emoção; que, segundo estudos elaborados pela faculdade, a geração de energia por termelétrica seria absolutamente necessária, dado que o uso da energia solar ou o uso da energia eólica ainda não era possível por várias razões; que a primeira delas era o alto custo da energia solar, sete vezes o valor cobrado atualmente pela energia elétrica; que outro motivo que inviabilizava este empreendimento era a ausência de ventos na região do Vale do Paraíba e que, se se fosse obrigado a conviver com a termelétrica, fazia-se necessária a adoção de medidas de controle da poluição, desde que conhecidas efetivamente as condições de dispersão; que haveria ganhos que deveriam ser explorados e impactos negativos que teriam de ser evitados; que havia trabalhado nos Estados Unidos, na Califórnia, onde existiam diversas termelétricas que respeitavam à rigorosa legislação existente, tornando os níveis de poluição praticamente nulos, e que acreditava que a Termelétrica de Santa Branca poderia ser instalada desde que não trouxesse poluição para a região. Luiz Gonzaga de Siqueira, Presidente da Sociedade dos Amigos do Bairro da Angola, afirmou que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

repudiava a instalação da termelétrica, pois ela traria seríssimas conseqüências de poluição e problemas de saúde para a população; que havia adotado a cidade e que não permitiria que a população fosse usada como vaquinha de presépio, balançando a cabeça para os empreendedores. Carlos Roberto Silvestrin, vinculado à Agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná, teceu os seguintes comentários: que convidava a todos os presentes para fazerem uma pausa e refletirem sobre a prática democrática de se dar oportunidade de as pessoas se manifestarem e para que as decisões fossem tomadas com equilíbrio; que o empreendedor havia colocado sua posição de realizar um projeto racional adequadamente adaptado a tudo que existia em termos de legislação e de tecnologia de ponta e em defesa do progresso; que um futuro melhor somente viria com desenvolvimento; que era fundamental, antes da tomada de qualquer decisão racional, que se buscasse ouvir, discutir e detalhar bem o assunto; que a termelétrica utilizaria o mais nobre dos combustíveis, o gás natural, que, como o próprio nome dizia, era natural, porque provocaria o menor impacto em seu processo de combustão; que convidava todos a participarem, devidamente informados sobre o conteúdo do RAP, pois opiniões divergentes seriam importantes para o enriquecimento do processo de avaliação da termelétrica. Meire Pizelli, representante da Associação Ecológica Brasil Verde, teceu os seguintes comentários: que a apresentação do representante do empreendedor havia lembrado o técnico Zagalo, quando dizia "você vão ter que me engolir", pois pretendia que a população engolisse a construção dessa termelétrica; que, como ambientalista, lutaria pela manutenção da qualidade de vida da região; que se preocupava com o fato de que a cidade sendo grande produtora de leite, abastecendo grande parte do Estado de São Paulo, poderia ter suas pastagens afetadas pela poluição e, conseqüentemente, comprometer a qualidade do leite produzido. Maurício Moura, representante do Fórum de Saúde e Meio Ambiente da Baixada Santista, teceu as seguintes considerações: que a defesa do meio ambiente implicava na defesa da vida e que, por este motivo, era impossível dissociar razão e emoção; que havia trabalhado durante 25 anos em Cubatão, cidade que enganosamente fora chamada de símbolo da ecologia e que salientava que Santa Branca tinha um ar muito mais puro do que Cubatão e que deveria ser mantida assim; que, como cidadão e brasileiro, lembrava que a poluição do ar realmente causava danos irreparáveis à saúde e um exemplo disto eram as crianças sem cérebro que nasceram e morreram em Cubatão há anos atrás; que, igualmente como estava acontecendo em Santa Branca, se estava tentando aprovar a instalação de uma termelétrica em Cubatão, porém um pouco menor, pois queimaria 3 milhões de m³/dia de gás natural, enquanto em Santa Branca a queima seria de 5 milhões m³/dia; que, diante disso, questionava qual seria a quantidade de oxigênio estimada; que não acreditava no conceito de combustão limpa, reiterando a opinião do Professor Osvaldo Cevá de que não existia queima fóssil sem geração de resíduo; que os resíduos desta queima certamente iriam contaminar o solo, os animais e os seres humanos; que solicitava que as questões fossem devidamente ponderadas para que Santa Branca não viesse a transformar-se em uma nova Cubatão; que alertava para o fato de serem temporários os empregos que esta termelétrica geraria e que os definitivos seriam destinados àqueles que tivessem conhecimentos técnicos específicos; que perguntava aos empreendedores para quem esta usina seria boa, se para a população ou apenas para eles. Manuel Serpa Pinto Neto, vinculado à Pastoral Operária da Igreja Matriz de Cubatão, fez as seguintes colocações: que lamentava que mais uma vez o Secretário do Meio Ambiente não estivesse presente em uma audiência sobre termelétricas, e que as termelétricas faziam parte de um projeto criado pelo FMI que previa que, em cada ponto do Gasoduto Brasil-Bolívia, fosse construída uma; que o Brasil possuía uma extensa bacia hidrográfica; que Porto Primavera degradou um ecossistema regional e que, atualmente, somente quatro turbinas funcionavam, faltando ainda quatorze entrarem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

em funcionamento; que os responsáveis por esta termelétrica e pela que se pretendia implantar em Cubatão estavam tentando comprar a opinião pública local com a distribuição de brindes; que a população tinha o dever de honrar a frase contida no brasão da cidade que dizia "Santa Branca, terra da honra e do trabalho". Elza Maria Homsy Salgado, Diretora da Escola Palmira Martins Rosa Perillo, teceu os seguintes comentários: que, como um dos componentes do grupo que visitou a Termelétrica em Londres a convite da Eletroger, mas também como mãe e moradora de Santa Branca, afirmava que suas impressões foram as melhores possíveis; que durante um dia inteiro de visita a uma termelétrica com cinco anos de funcionamento não verificou qualquer dizimação no local; que existiam plantações de maçãs a poucos metros do local, rebanhos de carneiros e gado leiteiro; que teriam almoçado em um restaurante a 200 metros de distância da termelétrica, demonstrando que o cidadão local vivia e tinha seu ponto de comércio de alimentos nas suas redondezas; que em conversas com a população inglesa não foi registrado nenhum depoimento que pudesse aumentar a preocupação quanto à instalação dessa termelétrica; que lembrava que o projeto dessa termelétrica para o Município ainda estava em estudo e que desejava que houvesse equilíbrio e serenidade, isto é, uma atitude de cidadania para com esse estudo. Paulo Mazareo, representante do Movimento de Defesa do Brasil, expôs os seguintes pontos de vista: que era habitante de Cubatão, mas viera a Santa Branca colocar as experiências de seu Município; que Cubatão possuía o maior pólo industrial da América Latina, mas, por outro lado, um dos piores índices de qualidade de vida, ou seja que o fato de ser uma cidade desenvolvida não significava que a população houvesse se beneficiado; que Cubatão era uma fábrica de doenças ocupacionais, com diversos casos de doenças respiratórias, câncer e mortes; que as condições de vida de Santa Branca eram invejáveis; que lembrava que, em 1992, a Serra do Mar de Santos literalmente desabou sobre uma Refinaria de Petróleo e que o principal poluente causador da tragédia fora o ozônio, o mesmo que seria gerado pelas termelétricas, que matou as plantas, provocando a erosão que levou ao deslizamento; que na região de Santa Branca havia, além da Serra do Mar, a Serra da Mantiqueira, e que, além dos danos à saúde e ao meio ambiente, as termelétricas iriam também contribuir para o aumento da dívida externa, porque os recursos para a termelétrica seriam tomados no exterior e pagos com juros e que o cidadão, ao acender a luz, estaria mandando dinheiro para americanos e japoneses terem a melhor qualidade de vida do Primeiro Mundo; que se deveria fazer uma grande manifestação não somente contra a termelétrica como também contra a política neo-liberal e entreguista do Governo Federal. Condesmar Fernandes de Oliveira, representante do Movimento em Defesa da Vida, teceu os seguintes comentários: que a população de Santa Branca estava deixando clara a sua opinião contrária à instalação da termelétrica; que os conselheiros do Consema estivessem cientes desta realidade antes de decidirem sobre a aprovação ou não dessa usina, embora ultimamente as decisões deste Conselho não tenham respeitado as opiniões da população; que para produção de vapor o empreendimento utilizaria grande quantidade de água e perguntava para que seria utilizada esta água e que tipo de desenvolvimento estaria acarretando para o País; que se estava diante de um modelo de desenvolvimento perverso, baseado na automatização, na robotização, e que gerava milhares de desempregados; que, para sustentar este modelo, era preciso criar, cada vez mais, fontes de energia e que este modelo não interessava à população; que neste esquema seriam utilizados algo em torno de 3m³/s e 2 m³/s de água, o suficiente para abastecer milhares de pessoas; que não seria justo dar esta água para as indústrias utilizarem quando no futuro faltaria água para consumo humano; que, com relação à poluição do ar, enquanto em Cubatão existiam limites para as emissões em Santa Branca não havia; que era necessário fosse abordada de forma mais detalhada a questão do ozônio no Plano



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de Trabalho, informando-se suas quantidades e as conseqüências da geração desses tipos de substância. Elson Maceió dos Santos, representante do Coletivo Alternativo Verde, expôs os seguintes pontos de vista: que, em contato com os projetos de termelétricas brasileiras, defendia a criação de um movimento estadual contrário à sua instalação; que os cidadãos de outras regiões passíveis de serem afetadas pela construção de usinas vinham-se manifestando contrariamente, mas que era necessário um movimento mais amplo, que contasse com os companheiros de outras regiões com posição idêntica; que lamentava o apoio às termelétricas dado pelo Governador Mário Covas, uma vez que só trariam prejuízos à população e ao meio ambiente; que deveria ser dado um basta na atitude dos empreendedores que vinham comprando a opinião da população local em troca de viagens ao exterior; que o Prefeito havia tido tempo suficiente para posicionar-se contrariamente à instalação da usina e, se não o fez, foi por interesses particulares, e não por causa da manifestação do público presente como havia alegado; que as termelétricas seriam financiadas pelo BNDES, podendo este dinheiro ser aplicado no desenvolvimento social da região. Marco Antonio de Abreu, representante da Sociedade de Bairros Jardim Santa Branca, teceu os seguintes comentários: que antes de se posicionar favorável ou contrariamente à instalação da termelétrica necessitava conhecer melhor o projeto e saber se ele faria ou não mal à saúde e ao meio ambiente, pois, se isso fosse comprovado, seria contrário à sua instalação; que, se ela for aprovada, deveria seguir os padrões internacionais de monitoramento da qualidade do ar e das águas; que a mão-de-obra especializada deveria ser recrutada na própria região e devidamente treinada e capacitada para exercer as funções existentes, diminuindo o desemprego na cidade; que a maioria das pessoas que se havia posicionado contrariamente à instalação da usina não morava na cidade e desconhecia a problemática local. Paulo de Jesus Pereira, representante do Sindicato Rural de Santa Branca e Salesópolis, fez os seguintes comentários: que geralmente todos os megaprojetos como a termelétrica traziam fome e miséria para a América Latina e que, muitas vezes, eram utilizados até mesmo como fachada para lavagem de dinheiro sujo; que a população de Santa Branca não poderia aceitar de cabeça baixa o que vinha de fora, pois, provavelmente, era bom apenas para o empreendedor; que, com todo o desenvolvimento científico que vinha ocorrendo, indagava se não seria possível reduzir-se o consumo de energia em vez de se construir novas termelétricas para atender o aumento da demanda de energia; que alertava a população para que se mantivesse de olhos abertos para não ser corrompida com falsas promessas ou com viagens ao exterior, pois, se aprovada a instalação desta usina, inevitavelmente os problemas surgiriam em seguida; que deveriam ficar atentos às Deliberações do Consema, porque ultimamente se verificava que, quando da apreciação de obras para beneficiar interesses escusos, os representantes do Governo no Conselho faziam *lobbies* para aprová-los; que exigia que os verdadeiros cidadãos de Santa Branca enfrentassem todo tipo de pressão em defesa da dignidade e da qualidade de vida de sua cidade. Sérgio Antônio Alves de Oliveira, vinculado ao Senai de Jacareí, ofereceu os seguintes esclarecimentos: que, em função de a Eletroger ter assumido um compromisso público de promover programas de treinamento para formação da mão-de-obra especializada a ser utilizada pela usina, o Senai estaria, em atendimento a uma solicitação formal da empresa, realizando uma série de estudos para viabilizar a realização destes cursos profissionalizantes; que, além disso, o Senai poderia também participar da execução de programas voltados para a educação ambiental, atuando no desenvolvimento de uma consciência de preservação ambiental na região. Elder Wuo, representante do Grupo Ecológicos Nascentes de Tietê, teceu os seguintes comentários: que considerava fundamental que o EIA/RIMA tratasse a questão à luz dos parâmetros estabelecidos pela Agenda 21; que solicitava maiores esclarecimentos sobre os problemas gerados pela queima de gases



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

tóxicos e as possíveis conseqüências à saúde da população e ao meio ambiente; que considerou vaga a escolha de Santa Branca e seria necessário aprofundar mais a análise das alternativas locacionais para o empreendimento; que propunha ao Prefeito que realizasse um referendo popular para avaliar a opinião da população quanto à instalação da termelétrica; que alertava para o fato de que, se aprovada a viabilidade ambiental deste empreendimento, pouca coisa seria efetivamente cumprida em prol da população de Santa Branca, uma vez que não havia mecanismos efetivos de controle destas ações. José Moraes Barbosa, representante do Fórum de Qualidade de Vida de São José dos Campos, fez as seguintes considerações: que o Brasil não vivia numa democracia e, sim, numa "democratura"; que perguntava aos presentes se em algum momento da história do País haviam sido consultados sobre qual seria o modelo ideal para matriz energética nacional, sendo este modelo imposto de cima para baixo; que a população brasileira simplesmente foi informada de que o governo compraria gás da Bolívia e que seriam construídas usinas termelétricas em todo o País; que apelava à população para que participasse da votação que aconteceria em breve na Câmara Municipal a respeito do projeto de lei que poderia ou não proibir a construção da usina em Santa Branca e que isto era fundamental para determinar o destino da cidade; que recordava que, em 1989, a população havia-se mobilizado e conseguido impedir a instalação de uma termelétrica da CESP em São José dos Campos e esperava o mesmo empenho por parte da população de Santa Branca; que já havia sido dito e provado que as condições atmosféricas aliadas à topografia da região inviabilizariam a construção da usina no local; que convidava todos os interessados a visitarem São José dos Campos, onde existiam mais de 40 mil desempregados, agravando ainda mais os problemas sociais e econômicos existentes na cidade; que o motivo que levou a cidade a este estado foi o modelo de progresso pautado num produtivismo econômico, e não social; que os empreendedores tinham como único objetivo acumular, e não distribuir riquezas, e que conclamava a população a dar um basta à idéia de construção de uma termelétrica na região do Vale do Paraíba. Antônio Sérgio Ferri da Silva, representante da Comunidade Católica de Santa Branca, teceu os seguintes comentários: que, ao contrário do que foi dito por diversos presentes, ele havia visitado a termelétrica para conhecê-la e que não havia vendido seu apoio pela viagem; que o projeto proposto para Santa Branca era semelhante ao da Inglaterra, funcionando em ciclo combinado, diferenciando-se no que dizia respeito à capacidade de geração, pois Santa Branca geraria 1000 *megawatts*, enquanto aquela localizada em Midway gerava 688 *megawatts*; que, quanto à emissão de gases em tempo real, foi constatado em média 14.4ppm de NOX e 2.68mg/m³ de monóxido de carbono, que, portanto, no caso do NOX, era menor que o limite máximo apresentado pela Eletroger; que a topografia do local na Inglaterra onde se construía a termelétrica era plana e os ventos variavam de moderados a fortes; que na vizinhança existiam outras usinas termelétricas, porém com combustível a óleo em processo de desativação; que a região dispunha de culturas, criação de bovinos e ovinos, ficando cerca de dois quilômetros de distância de um núcleo habitacional com aproximadamente 2 mil habitantes; que, havendo feito este relato, observava que o projeto de Santa Branca era maior, situava-se em local de topografia montanhosa, além de estar inserido na macro-região do Vale do Paraíba, delimitada pelas Serra do Mar e da Mantiqueira e também dispendo de condições de ventos diferentes; que, desta forma, a comunidade católica entendia que, nesta fase, não era possível pronunciar-se favoravelmente ou não pela implantação do projeto, devido à existência de diversas dúvidas que deveriam ser sanadas; que, se aprovada a viabilidade ambiental da usina, deveria ser criada uma comissão composta de técnicos das mais diversas áreas da região do Vale do Paraíba para conferir os resultados do estudo; que perguntava se este mega investimento, que interagirá com o ecossistema, teria no seu cômputo ações



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que gerariam benefícios nas mais diversas áreas, quais sejam, educação, saúde, ambiental e social. Elaine Siqueira Souza, presidente do Rotary Club de Santa Branca, manifestou a seguinte opinião: que, tendo visitado à usina de Midway, verificou tratar-se de uma termelétrica que funcionava há cinco anos e era movida a gás natural; que, como leiga, pôde observar que ao redor da termelétrica havia criações de gado leiteiro, plantações de macieiras e de hortaliças; que, em contato com a população local, não houve relato de aumento de doenças ou de qualquer outro problema grave. Vitor Wuo Neto, vinculado ao Rotary Club de Santa Branca, teceu os seguintes comentários: que, como um dos convidados para visita à usina da Inglaterra, esclarecia que não fora comprado como foi dito por algumas pessoas que se manifestaram durante a audiência, pois, se fosse assim, estaria vendendo sua própria família; que pôde verificar que as condições atmosféricas e topográficas da Inglaterra eram completamente diferentes das de Santa Branca e que isto era motivo de grande preocupação por parte do Rotary Club; que, se o empreendimento vier a causar algum problema aos moradores de Santa Branca, ficaria com a consciência muito pesada, mas que, por outro lado, se forem contrários à instalação e se a usina viesse a ser transferida para outra localidade e desse frutos positivos, também se ficaria com a consciência pesada pelos problemas verificados em Santa Branca. Delamaro Espírito Santo, representante do Sindicato da Alimentação, teceu os seguintes comentários: que discordava de duas coisas que haviam sido colocadas, uma delas afirmando que Santa Branca não tinha nada de bom e que, se era verdade que a cidade não havia-se desenvolvido adequadamente, a causa era a "politicalha" existente na região; que discordava também do que havia sido colocado sobre a barragem, que, na realidade, vinha controlando a vazão do Rio Paraíba, levando até mesmo a diminuição da quantidade de peixes do rio; que a usina ia acabar de vez com Santa Branca, sem trazer sequer empregos fixos para a região. Maurício Pelóia, representante da FIESP/CIESP, prestou os seguintes esclarecimentos: que a implantação desta unidade geradora se justificava pela necessidade de ampliação da energia elétrica, com o objetivo de garantirem-se o funcionamento dos empreendimentos já instalados, sua ampliação e a vinda de novos investimentos para região, que seria abastecida e favorecida pela geração da energia desta unidade; que estava surpreso pelo fato de as autoridades dos Municípios vizinhos se manifestarem contrárias à implantação deste empreendimento, sendo que elas também seriam favorecidas pela energia ofertada, e talvez assim procedessem por receio ou falta de informação; que estavam previstos para o Vale do Paraíba investimentos da ordem de 15 bilhões de dólares, entre 1995 e 2005, que representavam novos negócios, empresas, postos de trabalho e uma maior arrecadação para cada Município; que, se aprovada a implantação desta usina, teriam que ser respeitados as normas, os decretos, as resoluções e as portarias, além das exigências estabelecidas pelo Estudo de Impacto Ambiental e pelo Relatório de Impacto Ambiental; que lembrava que, além desta unidade de Santa Branca, existiam mais catorze usinas para serem implantadas no País, quatro delas no Estado de São Paulo; que não poderia ser adotada uma postura radical, pois, afinal de contas, não estariam tentando construir em Santa Branca uma Febem, um presídio e, muito menos, um cinema de *shopping*. Oscar de Azevedo Nolf, representante do Sindicato de Processamento de Dados, teceu os seguintes comentários: que o representante da comunidade católica havia colocado fatos interessantes sobre a visita à usina da Inglaterra, mas que indagava se alguém saberia dizer como era a qualidade de vida da comunidade daquele local antes da instalação da usina, ou seja, se os níveis de poluição foram ou não agravados com a usina; que suspeitava dos dados do EIA/RIMA, pois seriam feitos por uma equipe contratada pelo próprio empreendedor e que os dados poderiam ser falseados e utilizados conforme seus interesses; que lembrava que, embora os Municípios de Jacareí e de São José dos Campos tivessem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

inúmeras indústrias, também possuíam problemas sociais como desemprego, poluição e miséria, em quantidade superior aos existentes atualmente em Santa Branca; que desenvolvimento não era sinônimo de qualidade de vida e que esta deveria ser mantida; que a população deveria pressionar, por ocasião da votação do projeto na Câmara Municipal, contrariamente à aprovação da usina, evitando que os problemas sociais graves verificados nas demais cidades do Vale do Paraíba ocorressem também em Santa Branca. Fernando Delgado, vinculado à Câmara de Meio Ambiente da Associação dos Advogados de São José dos Campos, fez os seguintes comentários: que, embora não fosse de Santa Branca, não se considerava forasteiro porque pertencia ao Vale do Paraíba, que, por localizar-se numa depressão entre duas montanhas, seus problemas teriam reflexos nos demais Municípios; que protestava contra o fato de o empreendedor ter desviado o objetivo da audiência, que, por lei, era esclarecer a comunidade sobre o empreendimento, e que, em vez disso, ela constituiu uma tentativa de cooptação da população; que, no lugar de oferecer esclarecimentos sobre as medidas mitigadoras, falou-se em falsos empregos e em cestas básicas; que o brasileiro não precisava de esmolas e, sim, de justiça social; que o Vale do Paraíba era uma das regiões mais estudadas do mundo, inclusive pelo INPE, e que não precisava de mais estudos para se comprovar o óbvio, ou seja, que se localizava numa depressão entre duas montanhas, onde os ventos teriam pouca movimentação; que toda a poluição gerada se acumularia no próprio local; que a usina deveria ser construída em outra região do Estado onde houvesse condições de dispersão de poluentes mais adequadas. Eduardo Eli de Souza, representante da Associação Livre do Meio Ambiente de Jundiaí, teceu os seguintes comentários: que oferecia um depoimento sobre o que havia acontecido em sua cidade; que, há algum tempo atrás, chegaram alguns empreendedores na cidade com o objetivo de instalar uma termelétrica no Município; que, por se tratar de uma área incluída na reserva da biosfera, foram bastante infelizes na escolha, que gerou uma série de protestos em nível regional; que teve oportunidade de ler o RAP da Usina Termelétrica de Santa Branca e que pôde notar que mais parecia um esquema para elaboração de EIA/RIMA, tamanha era a falta de dados técnicos fundamentais; que seriam captados cerca de 300 litros por segundo, com uma evaporação de 250 litros por segundo, significando uma perda considerável de água, que poderia ser utilizada para abastecer uma população de 100 a 150 mil habitantes, justamente num momento em que o mundo todo questionava a água potável para abastecimento público; que não se podia comparar realidades como a do Brasil com a dos Países da Europa e dos Estados Unidos; que estes Países precisavam das termelétricas devido ao rigorosos inverno que enfrentavam anualmente; que, por outro lado, no Brasil as usinas hidrelétricas não operavam à plena carga, significando uma perda de 11 mil *megawatts*; que este dado confirmava que as termelétricas não seriam fundamentais, se as hidrelétricas fossem devidamente operadas; que, ao contrário do que foi dito, existiam, sim, dados relativos à saúde, inclusive ações civis públicas pleiteando indenizações baseando-se nos dados causados a ela; que estava solidário com a população de Santa Branca, pois, assim como em Jundiaí, não cabia, neste Município, a construção de termelétricas. Elifas Eufrásio, Presidente do Partido Verde de Jundiaí, manifestou os seguintes pontos de vista: que os empreendedores vieram à cidade e levaram alguns habitantes para a Inglaterra com objetivo de comprar suas opiniões a respeito da termelétrica; que salientava que notou que a maioria da população era contrária à instalação da usina, o que deveria ser considerado no momento da sua apreciação; que toda esta polêmica poderia ter sido evitada se o Prefeito tivesse, desde o início, se posicionado contrário à instalação da usina, mas que lhe parecia que ele não tinha toda esta autoridade; que se preocupava com as emissões de Nox, que seriam da ordem de 3 mil toneladas, e agrediriam o meio ambiente, acarretando chuvas ácidas. Adilson Paulo Prudente do Amaral,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Procurador da República em São José dos Campos, teceu as seguintes considerações: que sua preocupação não era apenas com Santa Branca, mas abrangia todo o Vale do Paraíba; que, como contribuição, sugeria que o EIA/RIMA incluísse um estudo de ordem médica, englobando um levantamento das atuais condições de saúde da população, destacando as condições pulmonares, para que se pudesse fazer um monitoramento e cotejar as conseqüências disso no futuro, se a usina vier a ser aprovada; que deveria também ser discutido no EIA/RIMA a motorização da barragem de Santa Branca; que indagava até que ponto seria necessária a construção da termelétrica tendo em vista a geração de energia pela hidrelétrica de Santa Branca, sendo necessário fosse elaborado um estudo sobre a real necessidade de uma termelétrica no Vale do Ribeira; que, embalado pelo princípio da moralidade administrativa previsto pela Constituição, o contrato de prestação de serviço da equipe multidisciplinar deveria ser público e apresentado junto com o EIA/RIMA, o que daria maior transparência ao processo e possibilitava inferir-se a isenção desta equipe, que era paga pelo empreendedor. Roseli Gaspar, do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores, manifestou a seguinte posição: que o Partido dos Trabalhadores estava na luta contra mais esta política neo-liberal que vinha passando por cima, inclusive, da cidadania da população do Vale do Paraíba, e que o partido estava presente para mobilizar e ajudar a população de Santa Branca a impedir a aprovação da termelétrica na região. Carlos Augusto de Andrade, do Sindicato dos Petroleiros de São Paulo, teceu as seguintes considerações: que não havia sido mencionado que o Rio Paraíba era federal, atendendo a três Estados, e que, se aprovada esta termelétrica, poderia haver sérios riscos de falta de água; que, embora o empreendedor houvesse dito que a hidrelétrica não causaria impacto, isto era uma inverdade; que o rio estava sendo totalmente assoreado, suas margens estavam caindo, não existia controle e o seu nível era alterado; que as pessoas escolhidas para irem à Inglaterra eram idôneas e que perguntava qual a altitude em que se encontrava a usina visitada e qual a velocidade do vento; que as pessoas, ao voltarem da Inglaterra, não prestaram contas à população, embora a tenham representado; que os empreendedores vinham fazendo encontros isolados com as organizações, sem que deles participasse a população, procedendo de forma diferente daquela adotada pelo sindicato que representava, que, quando promovia encontros, convidava todo mundo; que a população precisava usar a arma que tinha à sua disposição, que era eleger aqueles representantes que realmente lutavam por seus interesses. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Clementino de Souza e Castro declarou que o turismo, que, como foi dito, poderia ser um caminho de desenvolvimento a ser trilhado por Santa Branca, possuía grande potencial para isto, mas não era explorado. Hilda Fuzari de Souza e Castro expôs os seguintes pontos de vista: que telefonara para o IPT e um de seus técnicos, respondendo à pergunta que ela formulara, respondeu que as termelétricas poluíam; que ligou também para o Ibama perguntando sobre o projeto dessa usina termelétrica e foi dada a resposta que o único documento que tramitava nesse órgão dizia respeito a melhorias a serem feitas na Barragem de Santa Branca; que, procurando uma pessoa forte que tivesse nascido neste Município, telefonou para Dr. José Carlos Dias, em Brasília, e foi autorizada a dizer no seu nome e no de sua esposa que encaminhariam pedido para que fosse feito um estudo sério desse projeto; que, portanto, estava confiante de que essa usina só seria instalada em Santa Branca depois de elaborado esse estudo. Luiz Eduardo Corrêa Lima apresentou os seguintes pontos de vista: que se ateria rapidamente a três aspectos, primeiro afirmar, na condição de ex-conselheiro do Consema e atual Vice-Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul e da Serra da Mantiqueira, representando a Frente Verde neste comitê, que esta audiência pública, apesar de todo o tempo transcorrido, não aconteceu; segundo, que o documento que estava sendo chamado de Relatório



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Preliminar Ambiental não servia nem para a lata de lixo, porque, além de ser ruim em todos os aspectos, era mentiroso porque delimitava a área da empresa, informando possuir ela 100 mil m², enquanto um documento da Prefeitura atestava que ela media 183mil m², praticamente o dobro; terceiro, que os números apresentados eram loucos, pois, no folheto distribuído, se falava em 800m³ de água, embora constasse do RAP que seriam 15mil m³/h; que o RAP não informava em lugar nenhum o que iria acontecer com os 2/3 de água que evaporará, que cairá em forma de chuva se não houver uma boa estrutura; que o RAP não continha nenhuma referência ao impacto que será causado sobre a geomorfologia local, ou seja, se se instalar este megamonstro que gerará 990 *megawatts* sobre um terreno próximo a uma barragem, se isso causará algum tremor. Maria Benedita Dias Chaves ofereceu os seguintes pontos de vista: que as pessoas que estavam participando com certeza se tornariam agentes multiplicadores na reunião que se realizará na próxima segunda-feira, na Câmara Municipal de Santa Branca, para impedir a instalação dessa termelétrica; que a população de São José do Campos também era contrária à instalação de uma termelétrica naquele Município; que, pelo fato de residir num bairro grudado à Petrobrás tinha a experiência que, quando era para instalar um empreendimento dessa natureza, só se teciam elogios, tudo era um sonho e todo empreendedor se propunha a fazer tudo muito bem, só que, depois, as coisas mudavam; que se dirigia à Mesa, principalmente ao representante do Consema, para que levasse em conta os pontos de vista da população, porque o que houve foi um circo, pois não houve exposição técnica; que adquirira experiência nesta questão, pois lutara também contra a instalação de uma termelétrica da CESP, de um incinerador de lixo químico em São José dos Campos, de um depósito de gasolina ao lado de depósito de gás e, neste exato momento, como havia dito, de uma termelétrica em São José dos Campos; que as condições ambientais do Vale do Ribeira não permitiam a instalação de termelétrica, pois ele se localizava entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, sem ventilação; que pedia oficialmente que se cancelasse esta audiência, pois não foram dadas informações, mas ocorrido um festival de manipulação, como já havia acontecido quando os empreendedores financiaram a visita de algumas pessoas da comunidade à usina e elas nem sequer deram qualquer retorno para a população. Expedito Rosa Perillo teceu as seguintes considerações: que foi uma das pessoas subornadas para irem à Inglaterra e havia preparado um relatório que estava à disposição de todos que quisessem saber o que era uma termelétrica; que se formara há 41 anos como engenheiro e tinha capacidade de dar a todos os santa-branquenses as explicações necessárias; que fizera um resumo que refletia a sua opinião pessoal após ter visitado a usina, o qual passaria a ler: “Existe a necessidade de esclarecer a comunidade do que é uma Usina Hidroelétrica operada a gás. A operação a gás é uma operação limpa. Se se tiver instalações modernas e bem-operadas a usina não oferecerá nenhum risco de qualquer natureza, pois, se existirem emissões, elas precisam ser monitoradas e controladas abaixo dos limites legais estabelecidos. É uma necessidade para o desenvolvimento do País o aumento de energia elétrica”; que, se a usina não se estabelecesse aqui, poderá estabelecer-se em Jacareí e se poderá conviver com as desvantagens sem usufruir as vantagens; que se deverá aprender a capitalizar vantagens positivas e reais. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Carlos Alberto Hailer Bocuhy teceu as seguintes considerações: que a área de energia sempre foi considerada em todos os Países, principalmente no Brasil, uma área estratégica e, nesta oportunidade, ela estava sendo discutida, porque a energia era fundamental para o desenvolvimento e a manutenção da sociedade; que, entretanto, com o tempo o que era estratégico para o País e para a comunidade mudou, pois o desenvolvimento não era mais aquele que se pensara nos anos 70, pois atualmente existia outra visão de mundo, do futuro e de desenvolvimento e o que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

era estratégico para a sociedade poderia ser resumido em apenas na expressão "qualidade de vida"; que aquilo que as cidades e as regiões hoje procuravam era essencialmente qualidade de vida; que a RMSP estava absolutamente saturada por toda as perdas danosas às condições básicas para a vida e as regiões do Interior, como o Município de Santa Branca, que ainda possuíam estas condições que se traduziam numa boa qualidade do ar, da água e da saúde; que se constatava, quando se propunha a instalação de um mega empreendimento, como este de 1000 *megawatts* para esta região, era uma absoluta falta de planejamento estratégico-nacional, o que levava a que se empurasse uma cidade pequena, que ainda possuía uma boa qualidade de vida, para que adquirisse as mesmas condições que atualmente possuía a RMSP; que todos sabiam que o Vale do Paraíba possuía uma condição ambiental precária devido a uma série de fatores, quais sejam, inexistência de condições para uma boa dispersão do Vale do Paraíba, pois, como todos conheciam e sabiam, o Vale era uma bacia aérea saturada e sem condições para uma boa dispersão, e o fato de ser uma região extremamente sacrificada do ponto de vista minerário, pois já perdera qualidade ambiental e paisagística; que se colocava a necessidade de implementar-se uma matriz energética para o País que substituísse a hidrelétrica, matriz esta que gerou enorme impactos ao País, como bem exemplificavam Porto Primavera e Balbina; que a nova matriz, a das termelétricas, estava sendo implantada por um segmento da sociedade, o setor privado, que criou o Gasoduto Brasil-Bolívia e decidia onde era interessante instalá-la; que se estava entregando para o setor privado a opção de escolher em nome da sociedade, esperando-se, portanto, que ele tivesse uma visão estratégica do processo; que, no caso de Santa Branca, o empreendedor não apresentou o EIA/RIMA e esperava que a sociedade perguntasse tudo o que era necessário; que o empreendedor limitava-se simplesmente a responder à Secretaria do Meio Ambiente e ao povo, mostrando, assim, que não lançou mão de nenhuma estratégia; que algumas pessoas foram levadas para a Inglaterra com o objetivo de se investir maciçamente no convencimento da população e que esta foi a única estratégia adotada; que se investiu muito pouco no detalhamento técnico do Relatório Ambiental Preliminar; que este comportamento do empreendedor era desleal para com o Conselho Estadual do Meio Ambiente, pois, enquanto conselheiro, queria ouvir explicações técnicas a respeito do empreendimento e não fora convencido; que uma das questões dizia respeito ao processo de privatização de água; que o último relatório da Nações Unidas dizia que a maior preocupação do futuro era preservar-se água até em córregos e ribeirões, ou seja, preservar-se, para o futuro, o que puder ser preservado desse recurso; que se sabia que Rio Paraíba do Sul, que iria abastecer este empreendimento, nascia na região e atendia três Estados, nos quais havia precariedade de água; que as Nações Unidas afirmava que se estava trabalhando de forma leviana com os recursos naturais e que uma atitude que levaria a um aprofundamento seria, por exemplo, examinar se há realmente necessidade de se instalar uma usina em Santa Branca, quais as melhores alternativas locais para este tipo de empreendimento no Estado de São Paulo e identificarem-se os danos que poderão provocar na região; que a mudança da matriz energética era preocupante e deveria ser mais bem estudada; que o setor privado se auto-regulamentava, assim como outros setores da sociedade se autodeterminava. O conselheiro Adalton Paes Manso teceu as seguintes considerações: que era um arquiteto urbanista, que atuava há mais de vinte anos na região, além de ser pesquisador titular do Instituto de Pesquisas Espaciais na área de sensores remotos; que achava a geração de energia através de termelétrica uma tecnologia interessante e viável para ser incorporada à matriz energética do País, embora ela não existisse ainda, o que tornava difícil ponderar o momento em que ela deveria ser introduzida; que, para que a Termelétrica do Vale do Paraíba, como já foi dito exaustivamente, fosse incorporada a esta matriz



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

energética era importante usar-se uma estratégia inteligente e de consenso; que era péssima a opção de se instalar uma termelétrica no Vale do Paraíba, em Santa Branca, isso constituía uma péssima decisão estratégica, pois as condições climáticas e geo-ambientais da região não permitiriam; que, portanto, se o empreendedor efetivamente pretendia elaborar um EIA/RIMA transparente, não deveria despender tantos recursos para chegar à conclusão óbvia sobre a inviabilidade deste empreendimento na região, o que se comprovava cruzando três ou quatro variáveis; que, em defesa de um possível fortalecimento futuro da matriz termelétrica, deveria ser revista a localização da usina no Município; que os problemas do Município de Santa Branca poderiam ser resolvidos se, em vez de se determinarem as políticas de desenvolvimento a partir de um critério do imposto, fossem implementadas a partir da vocação que ele possuía. Paulo Sérgio Sena teceu as seguintes considerações: que os empreendedores haviam perdido uma grande oportunidade de mostrar o projeto, pois o que foi apresentado foi parte de um projeto de marketing mal elaborada, uma vez que não abordava a gestão da empresa, aspecto este que os empreendedores não conheciam, o que era uma falha grave; que o projeto de marketing se centrou no aspecto sócio-econômico, com dados soltos sobre o Vale do Paraíba; que o recorte do discurso foi feito muito superficialmente em função do local de instalação do empreendimento e seu entorno mais próximo; que, por este motivo, lembrava a informação contida no Artigo 196 da Constituição Estadual que o Vale do Paraíba era uma das regiões especiais do Estado no que dizia respeito à gestão ambiental; que deveria ser mais esclarecido o plano de gestão da usina e como se dará o diálogo regional sobre o empreendimento; que também deveria ser mais bem esclarecido o conceito de qualidade de vida que permeava o discurso do empreendedor; que o RAP não contemplava a fauna e a flora de forma adequada, fazendo-se necessário um estudo aprofundado sobre o ecossistema do processo; que lhe causara certa angústia o conceito de progresso embutido no discurso do empreendedor; que a equipe técnica responsável pelo EIA/RIMA deveria ser interdisciplinar, o que era até pré-requisito para uma análise ambiental, pois não era possível fazê-la a partir apenas da análise de engenheiros, geógrafos e geólogos. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. O Vereador Marino Faria, do Município de Jacareí, teceu as seguintes observações: que falava em nome da liderança do Partido dos Trabalhadores do Município de Jacareí e informava que, por iniciativa desse partido, havia elaborado um documento que foi assinado por doze ou treze vereadores do Município (o único que ainda não havia assinado acabara de fazê-lo) que se posicionaram contrariamente à instalação desta usina; que não era verdadeira a informação que, se não se instalar esta usina no Município de Santa Branca, ela seria instalada do outro lado, no Município de Jacareí, porque a população deste Município teria o mesmo procedimento que estava sendo adotado pela população de Santa Branca; que, em nenhum momento, os empreendedores negaram a informação de que a implantação do empreendimento acarretaria a diminuição da água do rio, a perda da potabilidade da água e o surgimento da poluição atmosférica, simplesmente disseram que as entidades ambientalistas exageravam; que era necessário utilizar as mesmas palavras usadas pelo empreender e afirmar que “não estamos aqui para perder dinheiro”, pois, apesar de se saber ser o dinheiro o paradigma do mundo capitalista, mesmo que com seu emprego vidas sejam perdidas e a qualidade de vida deixe de existir; que os cidadãos santa-branquenses que foram agraciados com uma passagem para o Velho Mundo, berço da política neoliberal, e que informaram que, no entorno da usina termelétrica instalada na Inglaterra, existiam vaquinhas, carneiros vivos e até macieiras produzindo, deveriam saber também que, na cidade vizinha, de Jacareí, até mesmo nas bocas dos córregos imundos e fedorentos existiam peixes nadando, o que não queria dizer que ali existisse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

qualidade de vida; que pedia a todos os companheiros e amigos de Santa Branca que, se essa usina vier a ser instalada, se não lavarem toda semana a imagem da querida Santa Branca que ficava na entrada da cidade, talvez teriam de mudar seu nome, porque ela vai ficar preta de ferrugem. O Vereador Marco Aurélio de Souza, do Município de Jacareí, expôs os seguintes pontos de vista: que talvez as mudanças climáticas que se estava vivendo se devessem a algumas alterações provocadas no passado no meio ambiente; que o Deputado do Partido dos Trabalhadores, Gilmar Tato, que era Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, informou que se colocava à disposição de todos para acompanhar as questões ligadas a esta hidrelétrica e fazer as devidas intervenções; que a Câmara Municipal de Jacareí elaborara um documento reivindicando a realização de uma audiência pública no Município de Jacareí, porque os impactos deste empreendimento poderiam atingir outros Municípios da região; que, em relação aos compromissos que o empreendedor assumiu publicamente no início dessa audiência, seu cumprimento não dependerão de norma e, sim, da população, razão por que a premissa "se as normas permitirem" deveria ser substituída por "se a população permitir", porque ainda que as normas permitissem e a população não concordasse, se obedeceria a vontade desta, porque a população não estava para servir às normas, mas, pelo contrário, as normas deviam servir à população; que, nessa ocasião, a população estava firmando seu posicionamento contrário à instalação desta usina termelétrica; que era preciso lembrar um pouco a história do Brasil, um País da mentira, de enganação, pois muitas coisas ditas recentemente assim se revelaram, como no caso do sistema de telefonia, que nada melhorou, da energia que nada melhorará, da saúde e da educação; que se vivia no País da enganação, País da mentira, em que os interesses econômicos sempre falavam mais alto, sempre se colocavam acima dos interesses sociais; que, portanto, para que pudesse implantar-se uma obra como esta deveria se ter a concordância de toda a comunidade, sobretudo da comunidade da cidade onde seria instalada. Passou-se à etapa em que se manifestam os membros do Poder Executivo. O Secretário de Meio Ambiente do Município de Jacareí, Edgard Rocha Filho, teceu os seguintes comentários: que sua opinião era clara desde o início; que já participara de alguns eventos com relação às termelétricas, inclusive em São José dos Campos, e já tinha uma posição definida há muito tempo; que, tecnicamente, estava mais que instruído, pois pesquisara, analisara e já chegara a uma conclusão; que era fruto da mente de pessoas irresponsáveis o boato que circulara afirmando que, se esta termelétrica não vier a ser instalada neste Município, o seria no Município de Jacareí, pois este Município possuía, desde 1990, uma legislação ambiental muito rigorosa com relação à instalação de indústrias ou de qualquer empreendimento poluente, justamente porque esta cidade já estava bastante poluída e só com a mudança de toda a legislação, ao que os treze atuais vereadores se opunham, isto seria possível; que era importante conscientizar o cidadão santa-branquense da necessidade de se influenciar os vereadores para que eles, na próxima segunda-feira, colocassem uma pá de cal respeito sobre este assunto; que chamava atenção para o princípio da precaução existente no Direito Ambiental e que vigorava em todos os Países do mundo e que alertava para a seguintes perspectiva: que, quando houvesse dúvida, prevalecesse a proteção à saúde; que foi a aplicação deste princípio que levou recentemente oito Países da Europa a proibirem a fabricação de brinquedos com PVC, por fazerem mal à saúde, e esses danos, uma vez provocados, eram irreversíveis; que, neste caso, por haver indícios técnicos, foi aplicado o princípio de precaução; que não se poderia permitir a instalação da termelétrica e só depois ver se ela poluiria ou não, se causaria mal ou não, ou seja, não se poderia experimentar para ver o que aconteceria; que não se poderia implantar o progresso a todo custo, a todo preço, pois não existia preço que pagasse a perda da saúde e a morte; que progresso só



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

existia com qualidade de vida, pois, caso contrário, não era progresso, e que, se se perderia, com a instalação dessa termelétrica, qualidade de vida na região, não só em Santa Branca como em outros Municípios, ela não traria progresso nenhum; que o Município de Santa Branca era refúgio da população de toda a região porque possuía ar puro e água límpida, que era muito procurada para a pescaria e que, se se perdesse tudo isto, já se sabia de antemão o que aconteceria, motivo por que pedia para que todos se mobilizassem e lutassem para que efetivamente isto não viesse a acontecer. Passou-se à etapa em que são feitas as réplicas. O representante do empreendedor, Fernandes Magalhães, teceu as seguintes considerações: que a Eletroger não era, como foi dito, pessoas sem escrúpulo, pessoas que subornavam quem quer que fosse e que, como se fizessem parte de um circo, estavam acostumadas à mentira; que afirmara anteriormente que existia um Relatório Preliminar e que se iria executar tudo o que determinava a lei, tudo aquilo que era contemplado pelo arcabouço legal; que, se um dos itens indicasse que o projeto não tinha condições de ser executado, por uma questão de seriedade e de ética ele não seria executado; que o EIA/RIMA será apresentado, depois de elaborado por especialistas, e que todas as questões colocadas por ocasião desta audiência seriam abordadas para que se pudesse, de uma maneira ética, clara, objetiva, transparente, sincera, sem paixão e sem emoção; que nada será feito que venha a ferir algum princípio moral, ético e técnico; que a audiência não era um circo, mas tinha a função de ouvir todas as coisas, todas as observações e ponderações, e que ela estava atendendo uma determinação legal; que não foi feita propaganda enganosa, porque ninguém era leviano, não se pretendia brincar, mas respeitar as pessoas, esperando-se ser também respeitado, sobretudo porque os donos e funcionários dessa empresa eram brasileiros e tinham o direito, outorgado pela Constituição, de ir e vir; que não se pretendia instalar uma bomba atômica, ninguém era irresponsável e que a empresa trabalhava ouvindo técnicos do Instituto Nacional de Pesquisa Nuclear; que uma pessoa, uma empresa, uma entidade, um partido, só cresce se tivesse capacidade de ouvir, de interpretar e analisar tudo o que se ouvia, o que se conhecia, e não falar com levandade; que as análises do EIA/RIMA eram claríssimas. O representante da equipe consultora Renato Ortega expôs os seguintes pontos de vista: que o RAP era um documento que servia para esclarecer à Secretaria do Meio Ambiente sobre o empreendimento e ajudá-la a tomar uma decisão, avaliando-se há necessidade ou não de se fazer um Estudo de Impacto Ambiental; que foram feitas várias sugestões aqui para se aprofundar os estudos, no que dizia respeito, entre outros aspectos, à dispersão atmosférica, às alternativas locais e aos reflexos da emissão na saúde; que outra questão que seria desenvolvida dizia respeito ao gasoduto que levaria o gás até a termelétrica e que este estudo seria feito pela fornecedora de gás e, portanto, fazia parte do escopo deste EIA. André Queiroz Guimarães, representante das Entidades Ambientais Cadastradas no Consema, ofereceu o seguinte depoimento: que tinha em mãos um livrinho que a Secretaria havia distribuído intitulado "Normas Básicas sobre Licenciamento Ambiental e Estudo de Impacto Ambiental" e que também, inicialmente, o Secretário Executivo do Consema havia lido a Deliberação Consema 50/92, que estabelecia as normas de funcionamento de uma audiência pública, entre as quais aquela que determinava que cabia ao empreendedor apresentar o projeto e, na ocasião das réplicas, responder, com dados técnicos, os questionamentos da sociedade civil, e não, como havia procedido o professor do Mackenzie, usar a paixão para rebater os posicionamentos da sociedade civil; que o EIA era elaborado por uma equipe multidisciplinar e deveria conter um conteúdo mínimo sobre os procedimentos em relação à elaboração do estudo; que, como o próprio professor e pesquisador do Departamento de Energia do Mackenzie deixou claro, o RAP não tinha conteúdo e, nessa audiência pública, não se deveria discutir só o Plano de Trabalho, mas também o RAP; que, como o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

conselheiro Carlos Bocuhy afirmou, o empreendedor devia ter uma estratégia, e ele não soube explicá-la, o que esperava não se repetisse em relação aos próximos procedimentos; que, quando foi mostrado o roteiro do licenciamento ambiental, não foi dito que o EIA/RIMA passava pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, instância que exatamente discutia a viabilidade ambiental do empreendimento; que este Plano de Trabalho, porque foi avocado na última reunião plenária do Consema, seria discutido numa câmara técnica; que, em relação ao custo de *quilowats* produzido em Paulínia, houve um erro no que se referia ao preço mínimo do gás; que em Paulínia, quando se discutiu a implantação de uma termelétrica, o Ministério Público do Meio Ambiente e do Consumidor interveio e informou que impetraria uma ação civil pública contra o empreendimento; que, em relação à não-produção de poluentes por este tipo de empreendimento, houve um seminário promovido por algumas entidades empreendedoras do Vale do Paraíba e, nesta oportunidade, foi mostrado como funcionavam as termelétricas e o que produziam, quais as características do gás natural e o que continham as emissões, como materiais particulados, SOX, hidrocarbonetos não-queimados, em quantidades menores do que aquelas adotadas pela legislação; que uma queima de 5 milhões gás/dia deveria produzir algo substancial para uma cidade que não tinha um parque industrial e a qualidade do ar era melhor. O representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema Carlos Bocuhy teceu as seguintes considerações: que os conselheiros foram bastante felizes em suas considerações sobre os aspectos técnicos; que o empreendedor ao assumir o compromisso com a legislação, assumia também com a saúde pública; que se vivia num País onde o controle ambiental era deficiente, pois a Cetesb era um organismo que não era ainda equipado com redes de telemetria suficientemente eficientes para defender a saúde pública; que a elaboração de projetos necessitava de muito mais rigor e de um acompanhamento pela sociedade, porque não se tinha garantia da gestão posterior do processo; que o trabalho com a população e com os movimentos populares era extremamente saudável e era fruto de paixão, porque a compreensão do povo era dada pela emoção, pelo coração; que esperava que, com a mudança de matriz energética, não se repetissem os erros que ocorreram com as hidrelétricas, pois, na última reunião da Comissão Especial de Energia, o representante da Universidade de Jaboticabal que acompanhou o monitoramento da Hidrelétrica de Porto Primavera admitiu a morte de mais de 500 cervos do pantanal e admitiu que os que ainda restavam estavam morrendo do lado do Mato Grosso; que, por estes motivos, a cautela da sociedade era justa. O representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Ricardo Ferraz fez as seguintes observações: que nenhum cientista da área de energia do País assinará um documento que afirmasse que "nós estamos produzindo uma termelétrica e usamos energia limpa", pois este conceito era distorcido; que, em uma das pontas da termelétrica, havia energia elétrica saudável, limpa e, na produção, produtos que causavam impactos ambientais, e que isto tinha de ficar bem claro, sem falsificações ideológicas, porque, caso contrário, se tomariam providências; que sua preocupação era com a defesa da sociedade, pois nascera nesta região; que os empreendedores vinham massacrando a opinião pública, controlando a mídia, promovendo conluios políticos, levando a população para visitar termelétricas fora do Brasil, embora elas existissem aqui como também conceitos sobre elas; que estes procedimentos revelavam que os empreendedores estavam investindo muito dinheiro sem saber se este projeto iria ou não ser aprovado, o que era um absurdo; que participou durante doze anos do Conselho Estadual do Meio Ambiente e testemunhava que se vinha confundindo a população com falsos argumentos, pois as termelétricas queimavam e produziam resíduos, porque combustível ecológico era o ar, o sol e a energia solar; que, se as informações transmitidas pelo empreendedor sobre o processo caracterizarem-se como propaganda enganosa, se recorreria ao Ministério Público,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

às instancias legais, e a constatação de que não se tratava de propaganda enganosa só poderia ser dada com a ratificação, por parte da comunidade científica, dos dados veiculados, porque se falar de um projeto era o que se exigia, mas seduzir a população não era permitido; que as entidades ambientalistas pretendiam que houvesse progresso, mas atestado técnico e cientificamente, para se adquirir certeza de que o meio ambiente não estava sendo prejudicado. Depois de informar que aqueles que ainda desejassem oferecer subsídios para a elaboração do Termo de Referência que orientará a elaboração do EIA sobre a viabilidade ambiental deste empreendimento tinham o prazo de cinco dias úteis para encaminhá-los à Secretaria Executiva do Consema e de constatar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas, o Secretário Executivo agradeceu, em nome do Secretário do Meio Ambiente, a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos. Eu, Germano Seara Filho, lavrei e assino a presente ata.